

Gerardo Magela/Senado Federal



O desafio de formar mão de obra qualificada em diversos setores da economia foi debatido em ciclo de audiências públicas na Comissão de Infraestrutura

## Projetos votados em comissão beneficiam produtores rurais

Uso do óleo vegetal como combustível na agropecuária e garantia da oferta dos alimentos à população, de preços mínimos para o produtor e de melhores condições de armazenamento são contemplados em propostas

A definição da Política Nacional de Abastecimento é o maior destaque entre as 11 propostas aprovadas pela Comissão de Serviços de

Infraestrutura (CI) no primeiro semestre legislativo. A matéria deverá agora ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão

final. Também foi aprovado pela CI o projeto que permite o uso de óleo vegetal como combustível para veículos de transporte público coletivo ur-

bano e também em máquinas e equipamentos automotores utilizados na produção agropecuária e no transporte de seus produtos e insumos. 2

### Projeto sugere padrão nacional para boletim de ocorrência

A padronização do documento é proposta pelo senador Valdir Raupp e consta da pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça da semana que vem. 3

### Mais exigências para benefício de progressão de pena

Na pauta de agosto da Comissão de Justiça, projeto determina que condenado deve ter cumprido um terço da pena na prisão para requerer benefício da progressão de regime prisional. 3

Vick\_2014/Creative Commons



Torcida do Internacional em campanha contra violência: lei proíbe entrada nos estádios com fogos de artifício e objetos que possam ser usados em agressões

## Punições para violência nos estádios ficam mais rígidas

Nova lei que torna regras do Estatuto do Torcedor mais rigo-

rosas foi sancionada na última terça-feira. Torcedores detidos por

violência ligada a jogos poderão ser presos por até três anos. 3

A proposta – enviada ao exame da Comissão de Constituição e Justiça – submete as ações destinadas a garantir uma alimentação adequada à população aos princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

# Criação da Política Nacional de Abastecimento foi destaque na CI

O PAÍS PODERÁ ter em breve uma lei definindo a Política Nacional de Abastecimento. A ideia principal da proposta – de maior destaque entre as 11 aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) no primeiro semestre legislativo – é assegurar a oferta e a qualidade dos alimentos à população, garantir preços mínimos para o produtor rural e condições para que ele possa armazenar e conservar melhor a safra. A proposta deverá agora ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

O projeto (PLS 51/08) também incentiva a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos e fomenta o consumo de produtos básicos pela população carente, além de garantir o acesso a medicamentos, energia e água potável.

Para que os objetivos dessa política sejam atingidos, a



Grãos de milho armazenados no Porto de Paranaguá (PR): criação da Política Nacional de Abastecimento está agora na CCJ

proposta relaciona uma série de atribuições que deverão ser exercidas pelo poder público, a começar pelo estímulo à agricultura familiar e ao coopera-

tivismo. O projeto, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), recebeu substitutivo que acrescenta a exigência de que as ações que procurem garantir o direito à

alimentação adequada sigam definições, princípios, diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

## Óleo vegetal pode substituir diesel no agronegócio

A comercialização e o uso de óleo de origem vegetal – puro ou com mistura – como combustível para veículos de transporte público coletivo urbano e também em máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários e no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos, estão previstos no PLS 81/08, também aprovado pela Comissão de Infraestrutura.

O relator da matéria na CI, senador Eliseu Resende (DEM-MG), avalia que a substituição do diesel por óleo vegetal refinado nos motores de ônibus, micro-ônibus e vans urbanos resultaria em significativa melhoria das condições do ar, com reflexos extremamente positivos na saúde e na qualidade de vida da população.

Resende também considerou que o uso de óleo vegetal combustível pelo agronegócio reduzirá significativamente o

custo de produção, elevado pelo uso do diesel nos tratores, máquinas agrícolas e veículos de transporte de carga, com reflexos positivos na competitividade das respectivas cadeias produtivas dos óleos vegetais.

Irá beneficiar também, acredita o senador, a agricultura familiar, ao representar oportunidades de diversificação e de aumento da renda, uma vez que muitas culturas oleaginosas apresentam bom potencial de exploração nos diversos agroecossistemas do país.

A comissão aprovou ainda o PLS 380/09, pelo qual os transportadores autônomos que adquirirem veículo ficam isentos de pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

### Seguro

Empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo passarão a ser obrigadas a divulgar o direito dos passageiros de serem indenizados em caso de acidente de trânsito, por conta do DPVAT e do Seguro



Relator na CI, Eliseu Resende (ao lado de Fernando Collor) defende a mudança

de Responsabilidade Civil. Isso é o que estipula um dos quatro projetos de lei da Câmara (PLC 68/04) aprovados na CI.

Conforme o relator substituto, Acir Gurgacz (PDT-RO), o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) corrige um equívoco sobre a aplicabilidade do Seguro de Responsabilidade Civil dos transportadores, uma vez que esse só abrange o transporte de passageiros no âmbito federal.

Durante o semestre legislativo, a comissão aprovou ainda sete mensagens presidenciais, com indicações para cargos de diretoria na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

## Foco na formação e capacitação de mão de obra

O desafio de formação de mão de obra qualificada em diversos setores da economia, diante da perspectiva de o Brasil crescer entre 5% e 7% nos próximos anos, levou a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado a realizar uma série de audiências públicas tendo por mote essa questão.

A melhoria da produção do bioetanol foi tratada no debate de 22 de março. Marco Aurélio Pinheiro Lima, diretor do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia de Bioetanol, destacou a necessidade do plantio e da colheita mecanizados, sendo essa última induzida pela temática ambiental e pela falta de mão de obra qualificada.

Os senadores debateram também a necessidade de o Brasil multiplicar o número de pesquisadores existentes no país, embora esse contingente tenha aumentado seis vezes entre 1990 e 2005.

Para se ter uma ideia mais precisa, são 4,8 milhões de pesquisadores em atuação no mundo. Desse total, 1,67 milhão está na Europa, 1,27 milhão nos Estados Unidos, 763 mil no Japão e 665 mil na China. O Brasil tem 10 mil pesquisadores, conforme dados apresentados pelo diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Sandoval Carneiro.

Contrariando o senso comum de que haveria falta de engenheiros no Brasil para atender a demanda crescente, a diretora adjunta de Estudos e Políticas Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernanda De Negri, afirmou que “o fluxo estimado de formação de novos engenheiros é suficiente, a princípio, para atender a requerimento técnico extra até 2015.”

A CI realizou ainda audiências sobre a infraestrutura do país para a Rio +20, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016; qualificação e formação de mão de obra em infraestrutura; política de desenvolvimento produtivo; recursos energéticos e exploração de recursos hídricos; transportes terrestres; informática, eletrônica de consumo e comunicações móveis; indústria aeronáutica e transportes aquaviários; energia e petróleo; prospecção e exploração mineral; e possibilidade de um “apagão portuário” no país.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burre  
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



José Cruz/Senado Federal

Valdir Raupp avalia que falta de padrão prejudica ação policial

## Padronização de boletim de ocorrência será analisada pela CCJ

Os boletins de ocorrência policial poderão passar a ser padronizados nacionalmente, inclusive com instruções para o seu preenchimento. É o que determina proposta que está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para decisão terminativa. Pelo projeto, o boletim de ocorrência, preenchido pelo delegado de polícia, deve conter nome, endereço, profissão da pessoa que noticia

o crime, além de data, hora e local em que foi prestada a informação. No documento, deve constar ainda o relato do fato e das suas circunstâncias. Também será preciso indicar o suposto autor do delito, com nome, endereço e profissão – se possível –, além de seus sinais característicos.

Pelo projeto (PLS 65/06), ainda que não se consiga concluir qual delito foi cometido, deve-

rá ser citado o tipo provável. O texto estabelece um prazo de 180 dias para que as polícias estaduais e federais promovam as alterações necessárias à padronização dos respectivos formulários de boletim de ocorrência.

Segundo o autor, Valdir Raupp (PMDB-RO), atualmente cada estado define o seu modelo, o que resulta em registros deficientes e mesmo incorretos,

comprometendo a eficácia das ações policiais e de programas na área da segurança pública.

A relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), considera que “a padronização dos boletins permite a elaboração de estatísticas confiáveis e a instituição de um banco nacional de dados sobre segurança pública, a partir dos quais as autoridades podem elaborar planos para reduzir a ocorrência dos delitos”.

# Sancionada mudança no Estatuto do Torcedor

Lei torna mais rígidas punições contra torcedores que praticarem ou incentivarem violência. Torcidas organizadas e cambistas também estão na mira

O PRESIDENTE LULA sancionou na última terça-feira, em cerimônia no Centro Cultural Banco do Brasil, a lei que torna mais rígidas as punições contra torcedores que praticarem ou incentivarem a violência nos estádios. O texto, que modifica o Estatuto do Torcedor, também prevê punições para torcidas organizadas, cambistas que venderem ingressos com sobrepreço e árbitros que aceitarem suborno.

O projeto (PLC 82/09), elaborado em consenso pelos ministérios do Esporte e da Justiça, Ministério Público e Confederação Brasileira de Futebol (CBF), foi aprovado pelo Senado em 7 de julho. A partir da publicação da

lei, torcedores detidos por violência ligada a jogos poderão ser presos por até três anos. Faixas e cânticos ofensivos de torcedores ou xingamentos a jogadores e juízes serão punidos com detenção e proibição de assistir jogos por até três anos.

A lei também proíbe que os torcedores entrem nos estádios com fogos de artifício, bebidas ou objetos que possam ser usados em agressão física. Estarão sujeitos a punição, ainda, os torcedores que arremessarem objetos contra outros espectadores ou contra jogadores e juízes.

A invasão do campo será igualmente punida com prisão e proibição de comparecer a jogos por até três anos. Hoje,

o Estatuto do Torcedor prevê afastamento dos estádios por, no máximo, um ano. Todos os estádios com capacidade superior a 10 mil lugares terão de receber equipamentos de gravação de imagens, tanto nas entradas e bilheterias quanto no seu interior, especialmente arquibancadas.

O projeto busca também responsabilizar civilmente as torcidas organizadas, que serão obrigadas a manter um cadastro dos seus associados, com fotos e endereços. Caso algum integrante da torcida organizada cometa alguma infração, toda a organização será responsabilizada.

Com Agência Brasil

### Para proteger a torcida, meios para fiscalizar e punir infratores

O projeto de lei que instituiu o Estatuto do Torcedor foi apresentado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) logo após uma briga de torcidas ocorrida em agosto de 1995, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Na Câmara, outros projetos foram incorporados ao seu texto. Enquanto tramitava, entrou em vigor, em 2003, o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03).

No Senado, o projeto de Chinaglia foi relatado favo-

ravelmente, sem mudanças, pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Romero Jucá (PMDB-RR), nas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Meio Ambiente (CMA). Zambiasi enalteceu a proposta.

– O atual estatuto não tem mecanismos suficientes de fiscalização e punição aos infratores. Por isso, as novas medidas são necessárias, inclusive para proteger os torcedores fora dos estádios – afirma.



Rosewell Brito/ABR

Ao lado do ministro do Esporte, Orlando Silva (E), e do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, o presidente da República sanciona a lei que coíbe violência nos estádios

## Projeto amplia exigências para obtenção de progressão de pena

A lista de exigências para o condenado requerer a progressão de regime prisional (quando passa, por exemplo, do regime fechado para o semi-aberto) deverá ser ampliada. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está pronta para votar em decisão terminativa, na próxima quarta-feira, dois projetos (PLS 457/03 e PLS 59/06) que obrigam o condenado a

passar mais tempo preso para solicitar o benefício.

A proposta mais antiga, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), estabelece como condições para a progressão de regime o condenado ter cumprido, no mínimo, um terço da pena na prisão, não ter cometido falta disciplinar grave e contar com recomendação favorável em exame realizado pela comissão técnica de classificação.

O PLS 59/06, do senador Magno Malta (PR-ES), condiciona o benefício da progressão de regime ao cumprimento de, no mínimo, dois terços da pena em regime fechado para condenados por prática de crime hediondo, tortura, tráfico de drogas ou terrorismo.

Segundo a relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), esse projeto foi motivado pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)

de declarar inconstitucional a proibição de progressão de regime prevista na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90). A senadora decidiu recomendar a aprovação do PLS 457/03, considerando prejudicado o PLS 59/06. Na sua avaliação, a proposta de Demostenes Torres se mostra “razoável” por impor tratamento diferenciado e mais rigoroso para quem volta a praticar atos criminosos.



J. Freitas/Senado Federal

Pela proposta de Demostenes, preso deve ter cumprido um terço da pena